Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Pedido de providências em face da Casa Civil da Governadoria (CCG), em razão de possíveis irregularidades com relação ao Pregão Eletrônico nº 09/2018.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO e pela CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIAS, nos termos do art. 27, §3º, I da Resolução nº 007/2019-CPJ.

1.5.26. Processo nº 000150-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Tribunal de Contas dos Municípios do Pará - TCM/PA

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar irregularidades na exoneração de servidores comissionados (diretores) e na suposta indenização recebida por eles.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e do art. 57, da LCE 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03/2019-CSMP.

1.5.27. Processo nº 000004-200/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Apurar violação aos Princípios Administrativos.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO do arquivamento e pela devolução do feito à Promotoria de Justiça, que, após o capeamento com a denominação de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO e procedido os registros de praxe, deve ser arquivado na Promotoria de origem, conforme o disposto no art. 36 da Resolução nº 007/2019-CPJ e no art. 12 da Resolução nº 174/2017-CNMP.

1.5.28. Processo nº 000291-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Agencia de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar denúncia de irregularidades perpetradas pela Direção da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ).

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e do art. 57, da LCE 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03/2019-CSMP.

1.5.29. Processo nº 000908-125/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Unimed Belém - Cooperativa de Trabalho Medico

Origem: 3º PJ do Consumidor

Assunto: Apurar supostas irregularidades no atendimento de urgência e emergência da UNIMED BELÉM.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e do art. 57, da LCE 057/2006.

1.5.30. Processo nº 000086-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Fundação Papa João Paulo XXIII - FUNPAPA

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades com relação ao Processo nº 6490/2014, referente a compra de material de informática.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO e pela CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIAS, nos termos do art. 27, §3º, I da Resolução nº 007/2019-CPJ.

1.5.31. Processo nº 003157-131/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Unirios Rodofluvial e Comercio LTDA

Origem: 2º PJ Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci

Assunto: Apurar situações danosas praticadas pela empresa UNIRIOS contra o condomínio Canaã.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e do art. 57, da LCE 057/2006, bem como em atenção à Súmula n.º 001/2011-CSMP.

1.5.32. Processo nº 000325-245/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Empresa de Assist. Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER

Origem: PJ de Acará

Assunto: Apurar as contas da entidade de interesse social denominada Associação Comunitária De Ação Familiar São Lourenço.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO e pela CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIAS, nos termos do art. 27, §3º, I da Resolução nº 007/2019-CPJ.

1.5.33. Processo nº 001228-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Executiva de Saúde Pública - Sesp

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar denúncia contra Secretaria de Estado de Saúde Pública.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e do art. 57, da LCE 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03/2019-CSMP.

1.5.34. Processo nº 002338-116/2013

Requerente(s): Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJE/PA

Requerido(s): Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar denúncia contra a Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e do art. 57, da LCE 057/2006, bem como em atenção aos Enunciados 03 e 33/2019-CSMP.

1.5.35. Processo nº 000010-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Executiva de Educação - SEDUC

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 064/2008.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e do art. 57, da LCE 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03/2019-CSMP.

1.5.36. Processo nº 001828-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB/PA

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possível responsabilidade administrativa na aprovação de Boletins de Medição nº 17 e 18 à Empresa UNI Engenharia e Comercio Ltda.

O item foi retirado de pauta.

1.5.37. Processo nº 000811-157/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeito de Monte Alegre

Origem: 1º PJ de Monte Alegre

Assunto: Apurar violação aos Princípios Administrativos.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e do art. 57, da LCE 057/2006, bem como em atenção à Súmula n.º 001/2011-CSMP.

1.5.38. Processo nº 001844-116/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza - HUBFS

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar desvio de medicamentos fornecidos pelo Estado para uso em hospital particular.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO e pela CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIAS, nos termos do art. 27, §3º, I da Resolução nº 007/2019-CPJ.

1.5.39. Processo nº 001147-382/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Rodrigo da Motta França

Origem: 2º PJ de Conceição do Araguaia